

20 17

RELATÓRIO
E CONTAS



OVER|Pharma
life overall



OVER Pharma
life overall

Índice /

Mensagem
da Gerência /01

Relatório
de Gestão /02

Informação
Societária /03

Informação
Financeira /04

Relatórios
de Fiscalização /05



OVER | Pharma
life overall



Mensagem /01
da Gerência

01

MENSAGEM DA GERÊNCIA

Estimados parceiros,

O setor da saúde foi no ano de 2017 um dos que sofreu maior aperto no controlo da despesa por parte do estado, e no qual, a contenção de gastos com recurso excessivo às cativações, fez repercutir na despesa uma tremenda restrição na colocação de encomendas por parte das entidades de saúde estatais, sobretudo, hospitais e Administrações Regionais de Saúde. Esta situação não era nova, mas a sistemática intensidade desta medida surpreendeu pela “eficácia” com que foi aplicada pela administração central, apesar de no seu todo, não ter conseguido fazer conter o aumento da despesa na saúde, bem pelo contrário, esta ainda subiu com alguma expressão.

Nesse sentido, e dependendo as vendas da nossa empresa numa larga percentagem deste setor do SNS, os resultados sofreram algum decréscimo quer em vendas quer em resultados líquidos.

Na nossa perspetiva, o ano de 2018 não será melhor dado que, se a despesa continuar a subir, e tendo em conta o empenhamento deste governo na contenção e redução do deficit, o recurso aos mecanismos de controlo da despesa por parte do estado até se poderá intensificar.

Agradecemos mais uma vez a todos os que estiveram ao nosso lado e que como sempre acreditam no futuro desta organização.



OVER | Pharma
life overall



Relatório /02
de Gestão

01

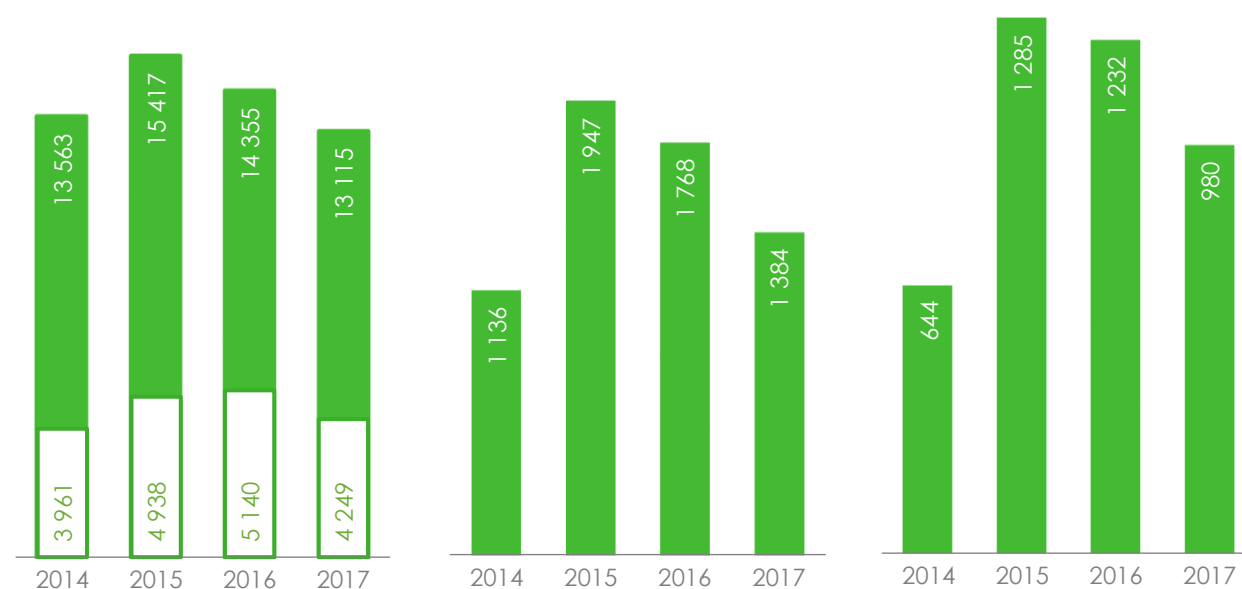
RELATÓRIO DE GESTÃO

As presentes demonstrações financeiras relativas aos períodos de 2017 e 2016, referidas neste Relatório de Gestão, foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

02

DESTAQUES

valores em euros	2017	Marg.	2016	Marg.	Var. %
Rendimentos operacionais	13 114 642		14 354 545		-8,6%
EBITDA	1 383 607	10,55%	1 768 234	12,32%	-21,8%
EBIT	1 316 336	10,04%	1 716 723	11,96%	-23,3%
Resultados financeiros	(53 937)	-0,41%	(78 605)	-0,55%	31,4%
Resultados antes de impostos	1 262 399	9,63%	1 638 119	11,41%	-22,9%
Resultado líquido do período	980 304	7,47%	1 231 879	8,58%	-20,4%
Nº Colaboradores	30		28		2



03

ATIVIDADE DA EMPRESA

Fundada em novembro de 2001, a Overpharma - Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. tem como principal objetivo ser um parceiro sério e de referência no contexto do fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições prestadoras de cuidados de saúde.

Focada em apresentar novas soluções, a Overpharma aposta constantemente na pesquisa de novos produtos que lhe permitem ter uma resposta adequada as exigentes necessidades do mercado.

A prioridade é sempre maximizar a satisfação dos clientes, através de uma política de fornecimento de produtos de alta qualidade e nas melhores condições. Este princípio é a base de evolução e crescimento da empresa, é nele que assenta o futuro.

Em 2009, de forma a consolidar a estratégia de crescimento, a Overpharma concretiza a incorporação da empresa Novamed - Equipamentos Médicos, S.A., permitindo-lho e em novos mercados, nomeadamente na produção e comercialização de equipamentos e dispositivos médicos e outros produtos e equipamentos nas áreas da saúde.

Em 2010, por razões estratégicas e por não ser de todo indicado para o momento, aprazamos o objetivo de nos tornarmos fabricantes de dispositivos médicos. O projeto de nos tornarmos banco de tecidos humanos foi também posto de parte de momento devido aos requisitos legais os quais apesar de estarmos a tentar cumprir integralmente se vão revendo difíceis de obter, devido a grandes exigências das autoridades reguladoras. O enfoque foi dado no aprofundar ao máximo a nossa implementação no mercado de produtos de Oftalmologia e Neurocirurgia, os quais revelam um grande potencial no curto e médio prazo. As outras áreas de negócio como medicamentos e dispositivos médicos de consumo mantiveram o seu crescimento esperado.

Em 2011, depois de uma longa preparação para o efeito, foi obtida a certificação com a norma NP EN ISO9001:2008. A certificação representou para a empresa o ter entrado num universo de exigência e credibilidade o qual lhe trará seguramente largos benefícios. Hoje em dia, são já muitos os parceiros comerciais quer sejam clientes ou fornecedores que preferem manter relações com empresas certificadas. No caso dos clientes e no pouco tempo que decorreu de ano pós obtenção da certificação, deu para ter a noção da diferença que faz nalguns aspetos administrativos mas sobre tudo, na pontuação que dão à empresa como fornecedor por ser certificada. Este foi de facto um pequeno feito (no muito que se fez em 2011) que fará muita diferença e será da maior importância para o futuro.

Em 2012, mereceu destaque o facto da empresa ter conseguido um crescimento significativo em vendas e em resultados operacionais.

Parte do sucesso comercial passou por termos entrado de uma forma mais consistente em dois segmentos de mercado:

- Na área farmacêutica, entrámos no competitivo mercado das soluções de grande volume, o que nos torna num dos fornecedores de referência destes produtos;
- Na área dos dispositivos médicos de implante, posicionámo-nos como um dos fornecedores mais qualificados para produtos da coluna vertebral, com soluções únicas para Cifoplastia e Escoliose.

Destacamos pela negativa o facto de termos perdido a distribuição de lentes intraoculares e assim, termos deixado de ser um parceiro de referência no mercado. Continuamos presentes na área de oftalmologia em produtos de consumo e somos significativamente importantes na terapêutica das doenças da córnea.

Em 2013, devemos destacar que foi o aprofundar dos métodos de gestão nas suas componentes financeira e de recursos humanos por um lado, e de uma melhor gestão interna de procedimentos por outro, que mais contribuíram para o significativo sucesso do aumento das vendas em unidades em cerca de 6%, (ainda que num clima de mercado bastante adverso), aumento esse, que apesar de tudo, não conseguiu evitar um decréscimo das vendas em valor de cerca de -2,5%.

A gerência gostaria de destacar que foi também o facto de se ter levado a cabo uma política de extrema transparência com os seus fornecedores ao nível da negociação dos preços praticados no mercado, que permitiu obter o aumento das vendas supra citado, ainda que com uma perda controlada dos resultados operacionais.

De extremamente positivo, destaca-se ainda o facto de este aumento de vendas em unidades, ter contribuído para melhorar o *market share* da empresa, em áreas importantes do seu mercado.

Em 2014 a Gerência manteve o seu principal foco de gestão em 3 vetores, os quais se revelaram determinantes nos resultados obtidos no exercício e que terão ainda mais impacto nos próximos anos.

- Melhor utilização dos recursos do sistema informático na gestão do trabalho dos colaboradores e no aprofundamento dos mecanismos do Sistema de Gestão da Qualidade.

Os resultados já foram visíveis durante 2014. Conseguiu-se melhorar a eficácia operacional, corrigiram-se significativamente os erros humanos nos procedimentos, melhorando-se significativamente o serviço ao cliente com a eliminação de alguns erros básicos.

A área da gestão da qualidade, bem como da informática, particularmente nas aplicações, tiveram um papel muito ativo na reestruturação dos procedimentos e desenvolvimento de muitos outros processos.

- Na área comercial, criaram-se as bases e definiu-se qual o quadro da política de reorganização da estrutura de vendas e produto. Os resultados foram visíveis, os novos produtos já começaram a ter impacto significativo em alguns segmentos de vendas e a estrutura comercial está ter melhores resultados em algumas áreas. Esta reorganização será mais visível e terá mais impacto durante e após o próximo ano.

- Reorganização da estrutura interna. Tendo em conta as alterações que se veem verificando na política de aquisição dos clientes hospitalares, particularmente no setor público, era recomendável que a estrutura interna fosse melhorada e ajustada à nova realidade.

O número de consultas e elaboração de proposta quase duplicou face aos anos anteriores, pelo que seria recomendável em nome da eficácia e produtividade interna segmentá-las por especialidades.

Esse trabalho foi iniciado e será concluído no ano de 2015, sendo a transição e adaptação feita sem alterar o normal funcionamento dos departamentos.

- Política de compras. Foi prosseguido o trabalho de negociação de preços de custo, o qual, teve em vista a obtenção de melhores preços de custo e mais ajustados aos novos tempos e conseqüentemente melhorar a margem operacional.

- Quanto às condições de pagamento da empresa, prosseguiu-se a política de negociar com os fornecedores no sentido de obter sempre que possível prazos de pagamento mais dilatados.

Em 2015 os factos mais relevantes da gestão da empresa passaram pela consolidação de planos previamente definidos em 2014 quanto à gestão interna de recursos, bem como, na preparação de um plano reestruturação comercial que deverá adaptar a atividade da empresa nos próximos 3 anos. Pretende-se que a empresa responda em consonância com a esperada expectativa de um aumento das vendas em produtos diferenciados, o qual, requer profissionais mais qualificados e melhor resposta interna.

Foram feitas e adaptadas diversas tarefas e funcionalidades tais como:

- O reenquadramento e adaptação da estrutura comercial administrativa interna, tendo em conta o contínuo aumento de consultas e concursos com o conseqüente aumento da elaboração de propostas.

- Revisto e adaptado o quadro de necessidades adaptando-o às novas necessidades e desafios.

- Fizeram-se melhorias significativas na operacionalidade do sistema informático, tendo em conta este poder responder a uma maior pressão do mercado na forma de compras.

Os hospitais hoje abrem concursos e ajustes diretos quase diariamente para aquisição dos mesmos bens que antes eram adquiridos num concurso anual.

- Iniciado o processo de gestão informática de colocação de encomendas comum com os clientes. Este processo, conhecido como EDI permitirá no futuro uma melhor operacionalidade dos processos realizados entre a Overpharma e os seus clientes, o mesmo possibilitará uma gestão do processo de encomendas/faturas totalmente automática e instantânea.

Durante este ano, iniciou-se a preparação de um plano a 3 anos que tem por base a revisão de todo o processo de vendas da empresa. Pretende-se criar quadros com responsabilidade intermédia na gestão das vendas – Chefes de Produto (CP)-, Reformular a rede comercial com a contratação de vendedores especialistas, ou readaptar os atuais e modificar os processos.

Os quadros de gestão intermédia, passarão a ter a responsabilidade de gestão vertical de alguns produtos, a qual consiste em;

- Gestão do contacto com os fornecedores quer em compras quer em negociação dos preços.
- Gestão de uma equipa de vendas de 2 ou 3 elementos.
- Obter formação dos produtos e preparar a formação interna das redes de vendas.
- Visitar hospitais e gerir problemas locais.
- Contactos diretos com médicos influentes e KOL
- Contactos com as Sociedades médicas
- Gestão e participação em ações promocionais e de marketing tais como, folhetos, treino de utilizadores e participação em congressos.

Em 2016 prosseguiu-se a implementação do reajuste da política comercial iniciada no ano anterior tendo em vista introduzir melhoras significativas no seu portfólio de produtos, os quais passaram a abranger novos segmentos de produto na área dos dispositivos médicos tais como, Biópsia, Cardiologia de intervenção e Terapia respiratória.

Nos quadros de vendas foram feitos os ajustes necessários em pessoas e formação, os quais pensamos ser os adequados para atingir os objetivos que nos propomos a médio prazo.

Os resultados atingidos neste ano ficaram um pouco aquém do pretendido, afetados sobretudo pela baixa de preços em alguns segmentos de produto, em que se verificou crescimento em unidades com regressão em faturação.

Fizeram-se também alguns ajustes no sistema de gestão da qualidade no sentido de adequá-lo o mais possível às necessidades de gestão e funcionalidade da empresa.

Em 2017 os preços de alguns Medicamentos e particularmente das soluções injetáveis de grande volume, e de alguns Dispositivos Médicos de consumo, voltaram a degradaram-se significativamente, o que já não era de todo espectável. Não era expectável principalmente, tendo em conta o que se praticava há cerca de cinco anos atrás, nem comparativamente ao ano anterior em que os níveis de preço já eram significativamente baixos. Esta situação contribuiu de forma significativa para que a empresa decidisse reforçar e insistir ainda mais na reformatação do seu portfolio e abrir novas áreas de negócio ou acentuar o esforço nas que já vinham sendo ajustadas tais como a Neurocirurgia e Endovascular

Life Overall (a vida em geral) não é simplesmente o *slogan* da Overpharma, é uma forma de estar, uma mensagem presente no dia-a-dia, um objetivo a cumprir por todos os que fazem parte da organização. É a nossa consciência de como estar no sector da saúde.

A gestão da Overpharma é orientada de acordo com a consolidação dos nossos principais valores:

Rigor na gestão

Transparência

Satisfação do cliente

Ética

Missão

A empresa assume como missão ser um parceiro de referência no fornecimento de produtos médicos e farmacêuticos a todas as instituições públicas e privadas do Serviço Nacional de Saúde, com especial foco nas necessidades do seu mercado e nos seus clientes.

04

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

INTERNACIONAL

No primeiro semestre de 2017, a atividade global acelerou face ao ano anterior, continuando ainda assim a crescer a um ritmo moderado quando comparado com o observado antes da crise económica e financeira. Nas economias avançadas a aceleração da atividade foi observável na área do euro, EUA e Japão, enquanto o Reino Unido registou uma desaceleração. Relativamente às economias de mercado emergentes, a China manteve um ritmo de crescimento robusto no primeiro semestre e o Brasil cresceu depois de um período prolongado de recessão. As previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma continuação do atual ritmo de crescimento no segundo semestre do ano, prevendo um crescimento global anual de 3,5% depois de 3,2% em 2016.

Projeções do Fundo Monetário Internacional para o PIB | Taxa de variação anual (%)

World Economic Outlook

	julho 2017		
	2016	2017	2018
Economia Mundial	3,2%	3,5%	3,6%
Economias Avançadas	1,7%	2,0%	1,9%
EUA	1,6%	2,1%	2,1%
Japão	1,0%	1,3%	0,6%
Reino Unido	1,8%	1,7%	1,5%
Área do euro	1,8%	1,9%	1,7%
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,3%	4,6%	4,8%
China	6,7%	6,7%	6,4%
Índia	7,1%	7,2%	7,7%
Rússia	-0,2%	1,4%	1,4%
Brasil	-3,6%	0,3%	1,3%

O comércio internacional acentuou o ritmo de crescimento na primeira metade de 2017, principalmente devido à evolução das importações das economias de mercado emergentes.

Nos mercados cambiais registou-se uma apreciação do euro face à maior parte das divisas e uma depreciação do dólar. O iene e a libra esterlina mantiveram-se relativamente estáveis em termos efetivos, enquanto o renmimbi registou uma depreciação de 2,1%. Na sequência de uma melhoria das expectativas para a atividade económica na área do euro, a apreciação do euro foi particularmente acentuada no segundo trimestre do ano, período em que apreciou 7,7% face ao iene, 7% face ao dólar, 5,4% face ao renmimbi e 3,2% face à libra esterlina.

No que diz respeito ao enquadramento internacional, a atividade mundial irá acelerar no período de 2017-2018, seguindo-se uma ligeira desaceleração em 2019 e 2020. O comércio mundial manterá um crescimento robusto ao longo do período de projeção embora com um abrandamento a partir de 2018.

Após a melhoria significativa observada em 2017, a procura externa dirigida à economia portuguesa apresentará uma ligeira aceleração em 2018 (para 4,9%, após 4,8% em 2017) apresentando posteriormente um perfil descendente. Face às hipóteses assumidas pelo Banco de Portugal nos exercícios de projeção anteriores, tanto a atividade mundial como a procura externa foram revistas em alta em 2017 e 2018.

Em termos médios anuais, o preço do petróleo (em dólares e em euros) apresentará um crescimento superior a 20% em 2017 face ao ano anterior, interrompendo a tendência descendente observada no período 2013-2016. Posteriormente, o preço do petróleo em dólares aumentará de forma moderada, situando-se em média em 59 dólares entre 2018 e 2020. Comparando com os exercícios de previsão anteriores, os preços do petróleo são revistos em alta quer quando expressos em dólares quer quando expressos em euros, embora neste caso numa magnitude inferior dada a revisão em alta da cotação do euro.

Enquadramento internacional e respetivas projeções (2016-2020)

Projeções Banco de Portugal

		dezembro 2017				
		2016	2017	2018	2019	2020
Enquadramento internacional						
PIB Mundial	tva	3,0%	3,5%	3,7%	3,6%	3,5%
Comércio Mundial	tva	1,5%	5,0%	4,7%	4,3%	3,8%
Procura Externa	tva	2,0%	4,8%	4,9%	4,0%	3,6%
Preço do Petróleo em dólares	vma	44,0	54,3	61,6	58,9	57,3
Preço do Petróleo em euros	vma	39,8	48,2	52,5	50,2	48,9

Notas: tv a - taxa de variação anual (%); v ma - valor médio anual

EM PORTUGAL

No terceiro trimestre de 2017, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a atividade económica cresceu 2,5% face ao período homólogo (2,9% no primeiro semestre) e 0,5% face ao trimestre anterior. Esta evolução traduz um abrandamento da atividade, em termos homólogos, após um perfil marcadamente ascendente entre o terceiro trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2017.

O consumo privado acelerou no terceiro trimestre de 2017, em particular na componente de bens duradouros (por exemplo, aquisição de automóveis). Em contrapartida, a taxa de poupança das famílias mantém-se globalmente estável.

No terceiro trimestre de 2017, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou um abrandamento, mantendo, no entanto, um ritmo de crescimento forte. Este efeito foi generalizado aos principais tipos de investimento.

As exportações desaceleraram no terceiro trimestre de 2017, tanto na componente de bens como nos serviços, após o elevado dinamismo observado no primeiro semestre, mantendo, no entanto, um crescimento significativo. A desaceleração de bens foi relativamente generalizada, sendo o maior contributo para essa evolução proveniente dos bens de consumo e dos combustíveis. Em contrapartida, os veículos automóveis de passageiros apresentaram no terceiro trimestre um crescimento forte. As exportações de turismo desaceleraram no terceiro trimestre face ao primeiro semestre, mantendo, ainda assim, um elevado dinamismo.

As importações em volume também terão desacelerado ligeiramente em termos homólogos no terceiro trimestre face ao primeiro semestre do ano, embora acelerando face ao trimestre anterior. Esta evolução refletiu um menor ritmo de crescimento nos bens e nos serviços não associados a turismo, tendo as importações de turismo crescido a uma taxa semelhante à da primeira metade do ano. No que se refere às importações de bens, estima-se que a componente energética tenha desacelerado significativamente, enquanto os restantes bens aceleraram.

A informação relativa ao mercado de trabalho divulgada para o terceiro trimestre de 2017 proveniente das estimativas mensais do emprego e desemprego aponta para a continuação de uma evolução favorável, após a melhoria observada no primeiro semestre do ano. A taxa de desemprego reduziu-se para 8,5% no terceiro trimestre de 2017, após 9,6% no primeiro semestre. Este efeito está associado ao crescimento rápido do emprego em comparação com os anos mais recentes. A população ativa recuperou, com um

crescimento homólogo acumulado de 0,7% nos 3 primeiros trimestres do ano, o que contrasta com as taxas de variação anuais negativas observadas entre 2011 e 2016.

No conjunto dos três primeiros trimestres de 2017, o excedente da balança corrente e de capital em percentagem do PIB reduziu-se ligeiramente face ao ano de 2016, refletindo a redução do excedente da balança de bens e serviços. A redução do saldo da balança de bens e serviços decorreu de um aumento do défice da balança de bens que não foi totalmente compensado pela evolução favorável da balança de serviços.

A economia portuguesa mantém ao longo de 2016 e 2017 uma capacidade de financiamento positiva, à semelhança do registado desde 2012. Facilmente se percebe que a capacidade de financiamento foi garantida pela poupança das sociedades financeiras e dos particulares, sendo esta suficiente para satisfazer as necessidades de financiamento das sociedades não financeiras e das administrações públicas.

A evolução da atividade económica em Portugal traduziu-se, no conjunto dos três primeiros trimestres de 2017, num diferencial positivo de crescimento face à área do euro.

De acordo com as projeções apresentadas pelo Banco de Portugal, o processo de expansão da economia portuguesa deverá manter-se nos próximos anos. Após um aumento de 2,6% em 2017, a atividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento ao longo do horizonte de projeção, embora a um ritmo progressivamente menor (2,3%, 1,9% e 1,7%, respetivamente em 2018, 2019 e 2020).

Relativamente à evolução da procura global, a componente mais dinâmica ao longo do horizonte de projeção deverá ser a FBCF.

As exportações também irão manter um crescimento robusto no horizonte de projeção, explicado pela evolução da procura externa e pela estimativa de manutenção de ganhos de quota de mercado.

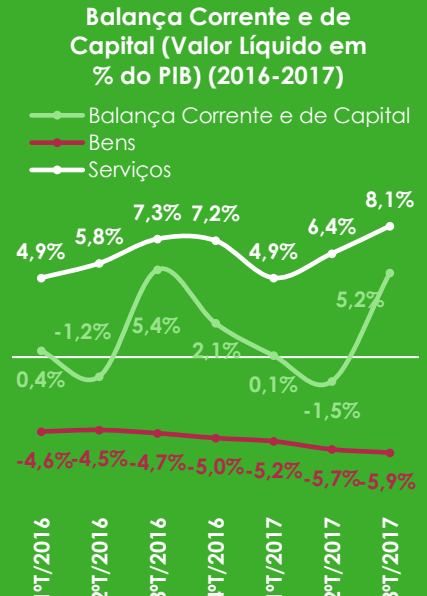
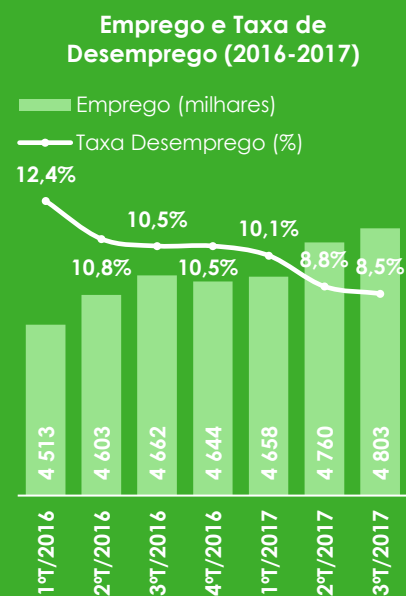
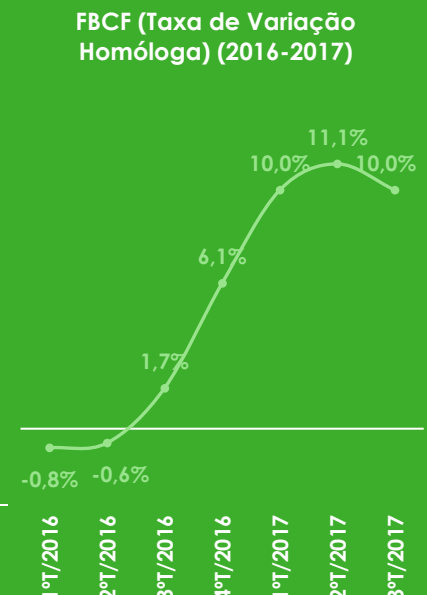
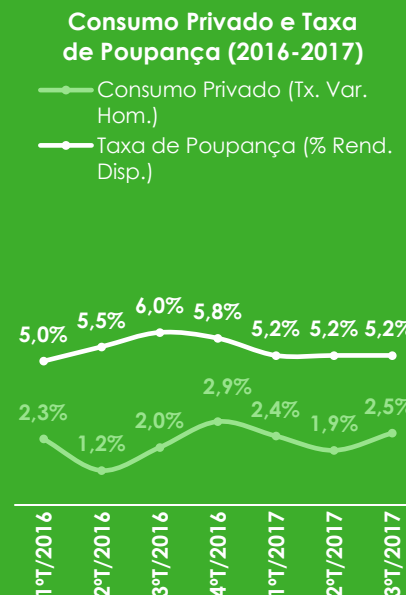
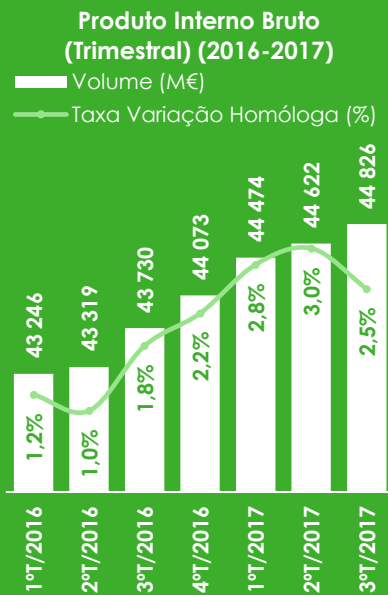
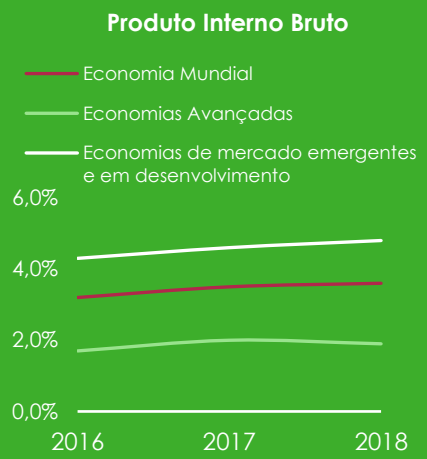
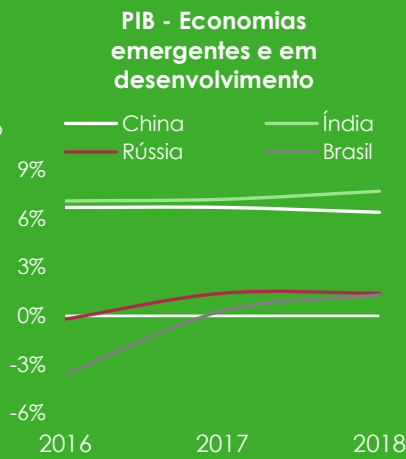
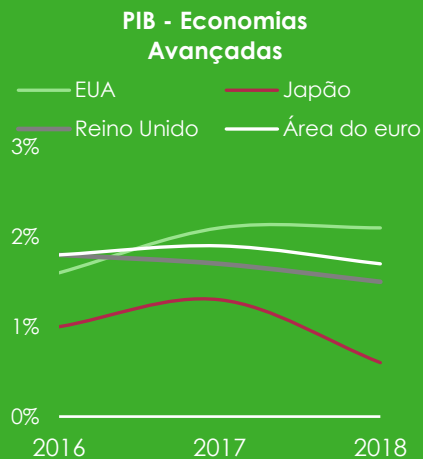
O consumo privado irá manter um crescimento relativamente estável e inferior ao do PIB ao longo do horizonte de projeção.

Prevê-se uma evolução do rendimento disponível real influenciada por um crescimento moderado dos salários reais e pela continuação da recuperação do mercado de trabalho, embora a um ritmo progressivamente menor. Em resultado desta evolução, e com um crescimento muito limitado da população ativa, a taxa de desemprego irá manter uma trajetória de redução.

A inflação irá aumentar significativamente em 2017, para 1,6%, num contexto de recuperação do deflator das importações e de ligeira aceleração dos custos unitários do trabalho. No restante horizonte de projeção, a inflação irá manter-se relativamente estável, com uma variação progressivamente menor do preço dos bens energéticos a ser compensada por uma aceleração moderada do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens energéticos.

O excedente da balança corrente e de capital em percentagem do PIB deverá manter-se relativamente estável em 2017 e aumentar moderadamente no período 2018-2020. Esta evolução engloba uma ligeira redução do saldo da balança de bens e serviços em percentagem do PIB, com uma recomposição desfavorável à balança de bens, compensada parcialmente pela balança de serviços, onde se destaca a evolução do turismo.

A economia portuguesa irá manter uma situação de capacidade de financiamento em percentagem do PIB ao longo do horizonte de projeção. Após uma ligeira redução do saldo da balança corrente e de capital em percentagem do PIB em 2017 (1,5%) a capacidade de financiamento deverá aumentar em 2018, mantendo-se até 2020 em cerca de 2,2% do PIB. Com isto, em 2018-2020 são esperadas hipóteses favoráveis relativas à evolução dos juros da dívida pública e, em 2018, ao perfil de recebimentos de fundos estruturais da União Europeia.



05

INDICADORES ECONÓMICOS

Principais Indicadores	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018P	2019E
PIB, Δ % anual								
EUA	2.2%	1.7%	2.6%	2.9%	1.5%	2.3%	2.7%	2.5%
Zona Euro	-0.8%	-0.2%	1.3%	2.0%	1.8%	2.4%	2.2%	2.0%
Alemanha	0.7%	0.6%	1.9%	1.5%	1.9%	2.5%	2.3%	2.0%
Portugal	-3.2%	-1.1%	0.9%	1.6%	1.4%	2.6%	2.1%	1.9%
Inflação, Δ% anual								
EUA	2.1%	1.5%	1.6%	0.1%	1.3%	2.1%	2.4%	2.6%
Zona Euro	2.5%	1.3%	0.4%	0.0%	0.2%	1.5%	1.4%	1.7%
Alemanha	2.1%	1.6%	0.8%	0.1%	0.4%	1.6%	1.5%	2.0%
Portugal	2.8%	0.4%	-0.2%	0.5%	0.6%	1.6%	2.0%	2.1%
Taxa de Desemprego, Δ % anual								
EUA	8.1%	7.4%	6.2%	5.3%	4.9%	4.4%	4.1%	4.2%
Zona Euro	11.4%	12.0%	11.6%	10.9%	10.0%	9.2%	8.7%	8.3%
Alemanha	5.4%	5.2%	5.0%	4.6%	4.2%	3.8%	3.7%	3.7%
Portugal	15.7%	16.2%	13.9%	12.4%	11.1%	9.7%	9.0%	8.5%
Taxas de Juro, final do ano (%)								
Taxas de Juro								
- Fed (Fed Funds)	0.25%	0.25%	0.25%	0.50%	0.75%	1.50%	2.50%	3.50%
- BCE	0.75%	0.25%	0.05%	0.05%	0.00%	0.00%	0.25%	0.50%
- BoE	0.50%	0.50%	0.50%	0.50%	0.25%	0.50%	1.00%	1.25%
Taxas de Câmbio, final do ano								
EUR/USD	1.32	1.38	1.2	1.09	1.05	1.2	1.15	1.12

Fonte: Banco de Portugal, FMI, Bloomberg, OCDE

06

ENQUADRAMENTO SETOR FARMACÊUTICO

Em análise ao mercado farmacêutico ambulatorio, a APIFARMA afirma que o valor do mercado (PVA) aumentou cerca de 4,2 milhões de euros no 3º semestre de 2017 relativamente ao trimestre homólogo. Quanto a este indicador, regista-se um ligeiro crescimento desde 2014, atingindo os 1900 milhões de euros em 2016.

Ainda segundo a APIFARMA o volume de vendas não tem sofrido grandes oscilações nos últimos anos, e tem vindo a crescer ligeiramente desde 2014. Em 2016 este indicador alcançou os 256 milhões de embalagens. No 3º trimestre de 2017, registou-se um aumento de 1,2 milhões em relação ao trimestre anterior.

O preço médio unitário acompanha o crescimento do valor do mercado, e constata-se que tem vindo a registar um ligeiro crescimento desde 2013, passando de 7,11€ nesse ano para 7,43€ no ano de 2016 (um aumento de 0,32€). No 3º trimestre de 2017, embora se verifique uma redução de 0,08€ em relação ao 2º Trimestre, na média dos três primeiros trimestres de 2017 o preço médio unitário aumentou relativamente a 2016.

De acordo com a APIFARMA, no YTD 2017 (a outubro) a quota de mercado generificado no mercado ambulatorio participado é de 85,2% do volume de vendas (em unidades). Importa referir que a quota

de mercado genericado abrange os medicamentos formalmente classificados como “genéricos”, e ainda as “cópias” e “originais” cuja patente já expirou. Esta metodologia considera assim os medicamentos cujo comportamento de mercado é similar ao do medicamento genérico, independentemente da sua designação, e não apenas recorrendo à definição restritiva que emana do Estatuto do Medicamento.

Segundo o INFARMED, a quota de mercado de genéricos, em unidades, no mercado do SNS ambulatorio, no YTD 2017 (a setembro) é de 47,3%, uma vez que não têm em conta as componentes descritas supra.

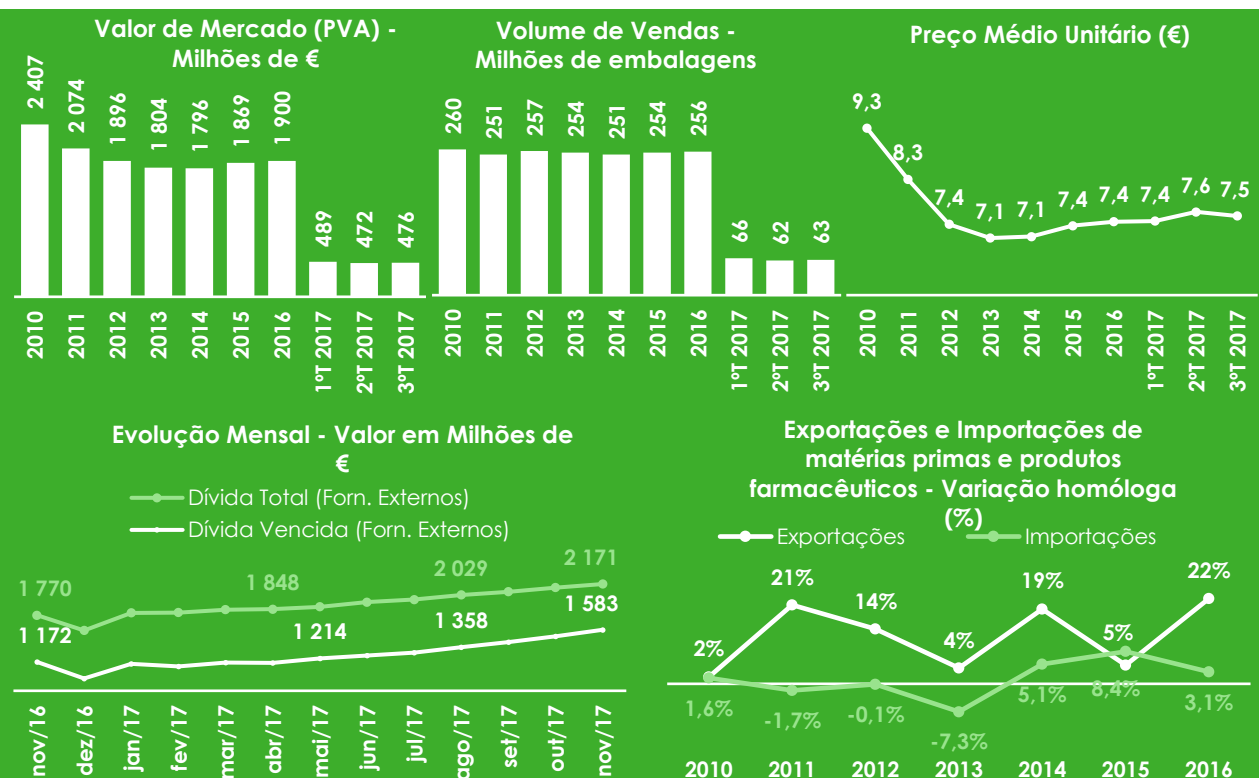
No Serviço Nacional de Saúde (SNS), a dívida a fornecedores externos continua a registar um ritmo de crescimento acelerado. Em novembro de 2017 é registada uma dívida total de 2.170,6M€, ou seja, mais 46,7M€ em relação ao período homólogo. Nesse mesmo mês, os pagamentos em atraso (dívida vencida) ascendiam a 1.583,1M€, mais 82,4M€ em relação ao mês de outubro. Dentro do período em análise, constata-se que as maiores oscilações ocorreram na viragem do ano de 2016 para 2017. Em termos homólogos, entre novembro de 2017 e novembro de 2016, verifica-se um aumento da dívida total de 400,9M€ (cerca de 23%) e um aumento dos pagamentos em atraso de 411,3M€ (cerca de 35%).

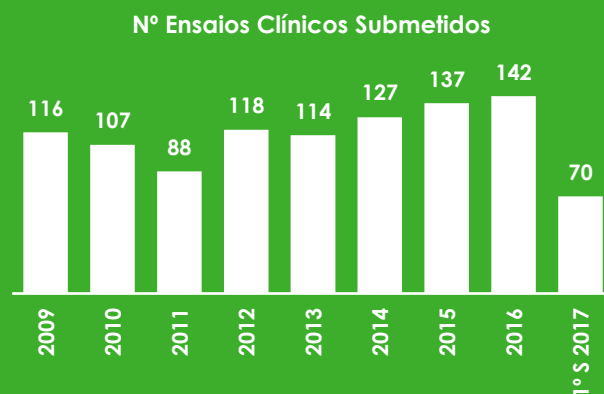
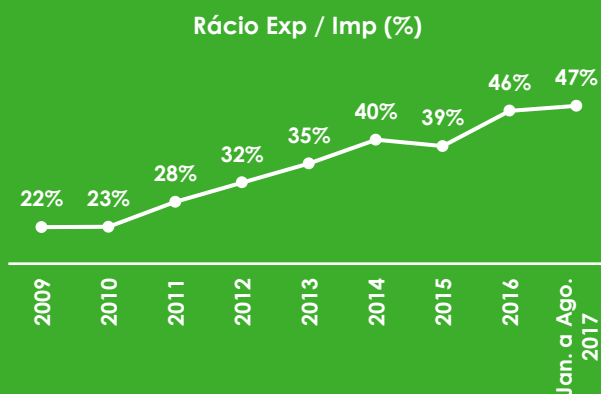
As exportações de matérias-primas e de produtos farmacêuticos em Portugal, de acordo com a APIFARMA, tiveram um aumento substancial desde 2009, passando de 503 milhões de euros para 1.124 milhões de euros no ano de 2016, e é previsto que no final de 2017 este indicador alcance os 1.192 milhões de euros. As exportações têm vindo a crescer de forma homóloga de ano para ano, atingindo a maior variação no ano de 2016. Ainda assim, comparativamente às importações, o valor das exportações continua bastante inferior, embora nos últimos anos essa diferença tenha vindo a diminuir. Ou seja, calculando o rácio das exportações pelas importações, percebe-se que o valor das exportações está quase a atingir metade do valor das importações (2016 e 2017), quando no ano de 2009 o valor das exportações correspondia apenas a 22% das importações.

Os principais destinos de exportação no primeiro semestre de 2017 são os 28 estados-membros da União Europeia e os EUA, correspondendo a cerca de 80% das exportações.

De acordo com a Apifarma foram submetidos 70 ensaios clínicos no primeiro semestre de 2017 e 142 ao longo do ano de 2016. Ainda é possível verificar que desde 2014 o número de ensaios clínicos tem vindo a aumentar. No primeiro semestre de 2017 verifica-se que o principal promotor de ensaios clínicos continua a ser a Indústria Farmacêutica, tal como já se verificava no período homólogo. No semestre referido, foram submetidos apenas 3 ensaios clínicos pelo meio académico.

Fonte: INE, ACSS, SNS, ANF, OCDE, Infarmed, Apifarma





07 ANÁLISE ECONÓMICA

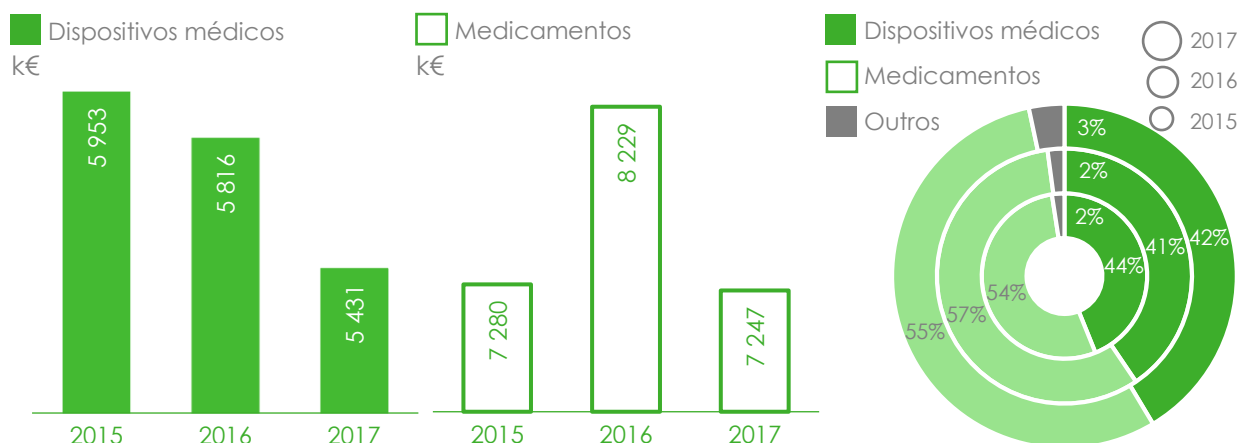
valores em euros	2017	2016	Var. %
Rendimentos operacionais	13 114 642	14 354 545	-8,6%
Resultado Bruto	4 249 482	5 139 695	-17,3%
EBITDA	1 383 607	1 768 234	-21,8%
margem EBITDA	10,55%	12,32%	-1,77 pp
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	67 271	51 510	30,6%
EBIT	1 316 336	1 716 723	-23,3%
margem EBIT	10,04%	11,96%	-1,92 pp
Resultados financeiros	(53 937)	(78 605)	31,4%
Resultados antes de impostos	1 262 399	1 638 119	-22,9%
Resultado líquido do período	980 304	1 231 879	-20,4%

7.1 RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Em 2017, os rendimentos operacionais registaram um decréscimo de 8,6% para os 13.114.642 euros, comparativamente aos 14.354.545 euros registados no ano 2016.

volume de negócios	2017		2016		Var. %
	euros	Peso %	euros	Peso %	
Dispositivos Médicos	5 430 631	41,4%	5 815 553	40,5%	-6,62%
Medicamentos	7 247 179	55,3%	8 228 540	57,3%	-11,93%
Outros	436 832	3,3%	305 756	2,1%	42,87%
	13 114 642	100%	14 349 850	100%	-8,61%

Em 2017, a venda de Dispositivos Médicos ascendeu a 5.430.631 euros, registando um decréscimo de 6,62%, relativamente ao ano de 2016. A venda de Medicamentos ascendeu a 7.247.179 euros, registando um decréscimo de 11,93%, relativamente ao ano 2016.



Apesar do decréscimo registado nas vendas de Dispositivos Médicos em 2017, este segmento manteve um contributo relevante para o volume de negócios representando 41.4%, comparativamente aos 40.5% registados em 2016.

As vendas de Medicamentos registaram um decréscimo de 11.9% em 2017, contribuindo com 55.3% do volume de negócios comparativamente aos 57.3% registados em 2016.

7.2 RESULTADOS

Os resultados brutos registaram um decréscimo de 13.8%, para 4.249.482 euros relativamente aos 5.139.695 euros, registados no ano de 2016. A margem bruta ascendeu a 32.4%, registando um ajustamento negativo de 3.41p.p. comparativamente a 2016.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registaram um decréscimo de 21.8% para 1.383.607 euros evidenciando um ajustamento negativo na margem de 1.77p.p. relativamente ao ano de 2016.

Os resultados antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT) registaram um decréscimo de 23.3% para 1.316.336 euros, evidenciando um ajustamento negativo na margem de 1.92p.p. relativamente ao ano de 2016.

Os gastos com depreciações ascenderam a 67.271 euros, registando um decréscimo de 30.6% face ao ano de 2016.

valores em euros	2017	2016	Var. %
Juros e rendimentos similares suportados	(53 937)	(78 605)	31,4%
	(53 937)	(78 605)	31,4%

Em 2017, os resultados financeiros registaram um movimento positivo de 24.668 euros para 53.937 euros negativos, relativamente ao ano 2016, que havia registado 78.605 euros negativos.

7.3 INVESTIMENTO

O investimento em 2017 ascendeu a 41.120 euros, a que corresponde um decréscimo de 1.3% face a 2016.

O investimento em ativos fixos tangíveis ascendeu a 40.528 euros, registando um crescimento de 9.6% comparativamente a 2016.

O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 592 euros, registando um decréscimo de 87.3% comparativamente a 2016.

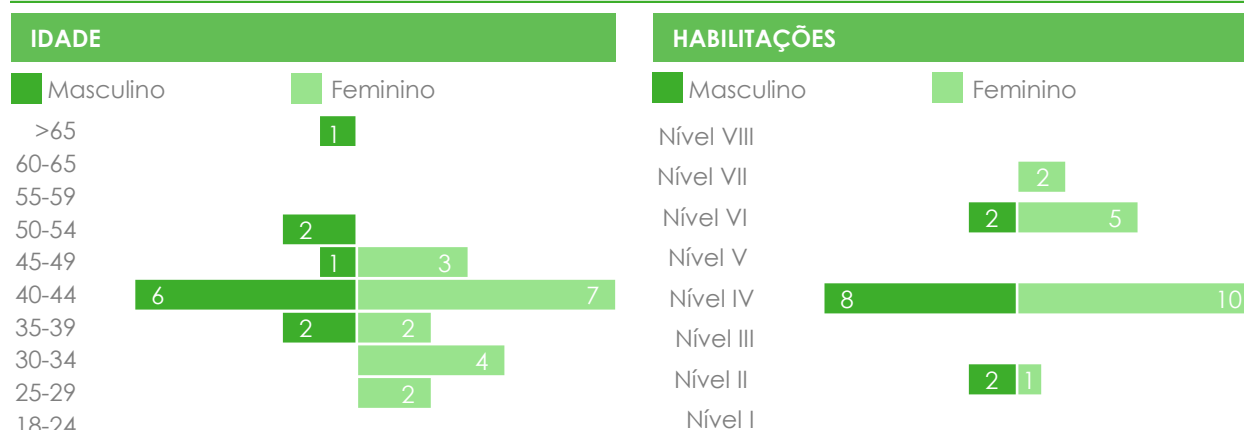
valores em euros	2017	2016	Var. %
Ativos fixos tangíveis	40 528	36 978	9,6%
Ativos intangíveis	592	4 672	-87,3%
	41 120	41 650	-1,3%

7.4 RECURSOS HUMANOS

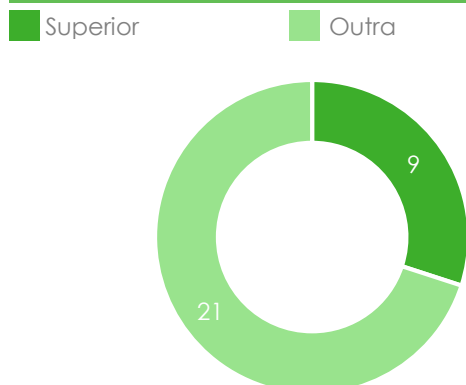
Em 2017, o número de colaboradores aumentou (+2), terminando o ano com 30 colaboradores, tendo o valor de remunerações e encargos suportados (segurança social, seguros) neste período ascendido a 1.084.371 euros, o que se traduziu num crescimento de 7.1%, comparativamente ao ano 2016.

Em 2017, registou-se um ajustamento negativo dos índices de desempenho e contribuição por colaborador, traduzidos pelo decréscimo de 27.2% do rácio VAB/Colaborador, comparativamente a 2016.

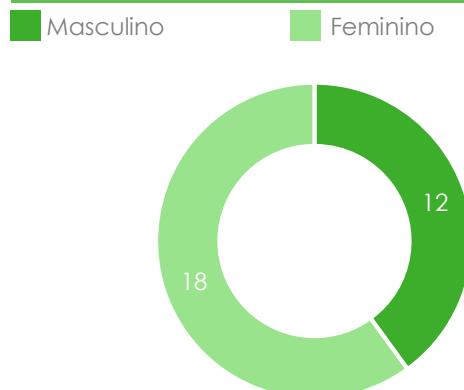
valores em euros	2017	2016
Número de trabalhadores no final do período	30	28
Número médio de trabalhadores ao longo do período	29	27
Idade média dos trabalhadores	41	40
Antiguidade média dos trabalhadores (anos)	5,9	5,4
Horas de formação totais	385,0	118,0
Média de horas de formação por trabalhador	12,83	4,21
Gastos com o pessoal	1 084 371	1 012 229
Gastos médios por trabalhador	36 146	36 151
VAB por trabalhador	88 509	121 573
Taxa geral de absentismo	3,9%	1,7%



HABILITAÇÕES 2017

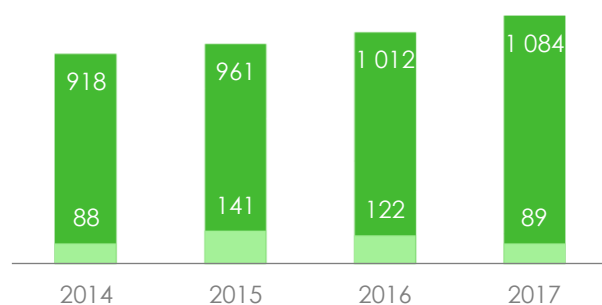


GÉNERO 2017



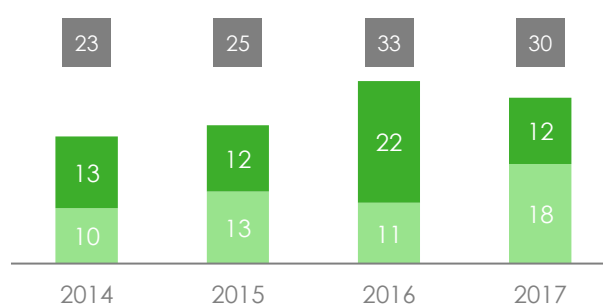
GASTOS COM PESSOAL

Gasto c/ pessoal VAB/ colaborador
k€



N.º COLABORADORES

Masculino Feminino Total



7.5 SITUAÇÃO FINANCEIRA

valores em euros	2017	Peso%	2016	Peso%	Var. %
Ativos Fixos	26 646	0,1%	52 797	0,3%	-49,5%
Outros ativos não correntes	3 365	0,0%	9 115	0,1%	-63,1%
Inventários	6 479 879	35,3%	6 996 520	38,7%	-7,4%
Devedores correntes	11 741 085	63,9%	10 705 143	59,2%	9,7%
Disponibilidades e equivalentes	131 605	0,7%	325 655	1,8%	-59,6%
Ativo Total	18 382 579	100,0%	18 089 231	100,0%	1,6%
Capital Próprio	11 785 950	64,1%	10 805 646	59,7%	9,1%
Outros passivos correntes	6 595 515	35,9%	7 283 585	40,3%	-9,4%
Divida correntes	1 114	0,0%	0	0,0%	-
Passivo Total	6 596 630	35,9%	7 283 585	40,3%	-9,4%

O ativo total a 31 de dezembro de 2017 ascendeu a 18.382.579 euros, face a 18.089.231 euros em dezembro de 2016. O ativo é composto maioritariamente por mercadorias e clientes, representando, em 2017, 35,3% e 22% do ativo total, respetivamente.

Os capitais próprios aumentaram de 10.805.646 euros para 11.785.950 euros em 31 de dezembro de 2017. O movimento nos capitais próprios resultou do resultado líquido gerado no período de 2017, que ascendeu a 980.304 euros.

O rácio entre Capitais Próprios e Ativo (autonomia financeira) situou-se, no fim de 2017, nos 64.1%, face aos 59.7% em 2016. Apesar do crescimento de 1.6% do ativo total, a empresa mantém uma posição financeira sólida, conservando a capacidade de solver as obrigações com recurso aos capitais próprios que, comparativamente a 2016, registaram um crescimento de 9.1%.

O passivo total a 31 de dezembro de 2017 ascendeu a 6.596.630 euros, face a 7.283.585 euros em dezembro de 2016. O passivo é composto maioritariamente por fornecedores e outras contas a pagar (factoring) representando, em 2017, 23.7% e 71.5% do passivo total, respetivamente.

Em 2017, o fundo de maneiço ascendeu a 11.755.939 euros registando um crescimento de 9.4% comparativamente a 2016. As necessidades de fundo de maneiço ascenderam a 11.625.449 euros, registando um crescimento de 11.6% comparativamente a 2016, significando um investimento adicional em necessidades de fundo de maneiço no montante de 1.207.371 euros.

O prazo médio de recebimentos (PMR) calculado em 112 dias, face aos 103 dias calculado em 2016. O prazo médio de pagamentos (PMP) calculado em 58 dias, face aos 97 dias calculado em 2016. O prazo médio de Stocks (PMS) calculado em 267 dias, face aos 277 dias calculado em 2016.

valores em euros	2017	2016	Var. %
Ativos não correntes	30 011	61 913	-51,5%
Capitais próprios	11 785 950	10 805 646	9,1%
Fundo de maneiço	11 755 939	10 743 733	9,4%
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	18 220 964	17 701 663	2,9%
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	6 595 515	7 283 585	-9,4%
Necessidades de fundo de maneiço	11 625 449	10 418 078	11,6%
Caixa e equivalentes de caixa	131 605	325 655	-59,6%
Dívida financeira corrente	1 114	-	-
Tesouraria líquida	130 490	325 655	-59,9%

Em 2017, a empresa não contratou novas operações de financiamento, evidenciando apenas o montante em dívida referente à utilização de cartões de crédito, cujo montante ascendeu a 1.114 euros.

De referir que a empresa no decurso da sua atividade, por necessidade de tesouraria, recorre ao factoring sem recurso, pelo que não apresenta dívida no encerramento do período.

O rácio da dívida líquida pelo valor EBITDA apresenta em 2017 o valor de 0x. O rácio calculado enquadra-se abaixo do limite máximo convencionado (< 4x), para efeito de análise de risco.

valores em euros	2017	2016	Var. %
Dívida Líquida	0	0	-
EBITDA	1 383 607	1 768 234	-21,8%
Dívida Líquida / EBITDA	0,00 x	0,00 x	0,00 x

Dívida Líquida: dívida financeira (incl. leasing) + suprimentos - disponibilidades

7.6 INDICADORES DESEMPENHO

	2017	2016	Var.
Económicos			
EBITDA	1 383 607	1 768 234	-21,8%
EBIT	1 316 336	1 716 723	-23,3%
EBITDA %	10,6%	12,3%	-1,8 pp
EBIT %	10,0%	12,0%	-1,9 pp
VAB	2 655 270	3 404 038	-22,0%

	2017	2016	Var.
Rentabilidade			
Rentabilidade dos Capitais Próprios	8,3%	11,4%	-3,1 pp
Rentabilidade do Ativo	5,3%	6,8%	-1,5 pp
Rentabilidade Operacional das Vendas	10,0%	12,0%	-1,9 pp
Estrutura			
Autonomia Financeira	64,1%	59,7%	4,4 pp
Solvabilidade	1,79	1,48	0,30
Debt to Equity	0,00	0,00	0,0
Leverage	0,0%	0,0%	0,0 pp
Regra Equilíbrio Financeiro Mínimo (REFM) >1	392,72	174,53	218,2
Liquidez			
Liquidez Geral	2,8	2,5	0,3
Liquidez Reduzida	1,8	1,5	0,3
Liquidez Imediata	0,0	0,0	0,0
Atividade (dias)			
PMP	58	97	-39
PMR	112	103	9
PMS	267	277	-10

08

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio representa a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da empresa resulta da existência de operações de importação de origens em que a moeda local é diferente do Euro. Com objetivo de reduzir as flutuações cambiais e sempre que possível, a empresa faz repercutir essas variações nos preços de venda.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro representa a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. A Overpharma, no decurso da sua atividade, quando recorre a financiamentos externos está exposta ao risco de taxa de juro dado que grande parte da dívida financeira da empresa é indexada a taxas de juro de mercado.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa a capacidade da empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis. A empresa procura garantir que a estrutura e o nível de financiamento seja adequado à natureza das suas obrigações. Quando aplicável, os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 3 a 5 anos.

09

OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Gerência da Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda. informa que não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social, respetivamente.

10

PERSPETIVAS

Área de Medicamentos

As unidades vendidas em 2017 foram ligeiramente inferiores, -4,5% comparativamente ao ano anterior tendo-se apesar de tudo cifrado em 14,82 milhões.

O volume de vendas atingido foi de 7,98 milhões de euros, cerca de 12% abaixo dos valores do ano passado, que apesar de tudo, não reflete a quebra de 17,8% nos preços de venda médios deste segmento de mercado.

Existe alguma expectativa relativamente a este segmento de mercado em 2018, temendo-se que a quebra de preços dos medicamentos que estão dentro segmento com maior rotatividade de venda e consumo possa vir a ser ainda bastante significativa.

Área de Dispositivos Médicos

DM de Consumo

Apesar de se ter obtido neste segmento de mercado, um aumento de vendas em unidades de 14% que corresponde a 23,975 milhões, as vendas, decresceram em 4%. Esta quebra de vendas neste setor, corresponde mais uma vez a uma baixa generalizada dos preços médios de vendas. Na prática, a expectativa que tínhamos no ano anterior de que o crescimento de vendas se iria consolidar através do aumento das unidades vendidas, gorou-se e os objetivos foram só parcialmente atingidos.

Em 2018 existe a expectativa de que haverá um novo aumento significativo nas unidades vendidas cerca de 12%, com um projetado aumento de faturação de 4,5%.

Área de DM de oftalmologia

Neste segmento de negócio consolidou-se a transição de modelo de negócio com a incorporação de novas representadas tal como já vinha sendo feito desde 2016. Todavia o crescimento mínimo estimado para 2017 de 10% ficou-se pelos 3% devido a que alguns segmentos de produto demoraram mais do que o previsto a ser introduzidos.

Perspetiva-se um crescimento de vendas sustentado de 5 a 8 % para o ano de 2018.

Área de DM de Traumatologia e tratamento de Feridas

Mantendo a tendência do ano anterior, o negócio neste segmento cresceu significativamente em unidades vendidas, mas não foi acompanhado em crescimento valor. De facto, continuou a existir uma erosão no preço de venda que se cifrou medianamente em 4,5%.

Em 2018, devido à implementação de novas linhas de produto, prevê-se um crescimento de vendas de cerca de 12% no total do segmento. A linha que mais irá contribuir para este crescimento é de bloco operatório.

DM da área de implantes de coluna e Neurocirurgia

As vendas neste segmento mantiveram-se estáveis, o crescimento não foi significativo, cifrou-se em 1,5%, mas foi obtido com menor número de unidades devido a se ter entrado num setor de negócio mais qualitativo em valor.

Para 2018 é espectável um aumento de vendas neste segmento de cerca de 8% que será obtido pelo aumento de portfólio e adição de produtos de novos segmentos na terapia da coluna vertebral.

DM dos segmentos de Cardiologia, Biopsia e Endovascular

A previsão feita em 2017 para este segmento não se materializou devido ao atraso na introdução de algumas linhas de produto devido a problemas com a área regulamentar. Todavia, este segmento respondeu por 260 mil euros de faturação, contra os 450 mil euros que estavam previstos.

Perspetiva-se para o ano de 2018 um crescimento de vendas de 300 mil euros nas diferentes áreas.

11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gerência propõe à Assembleia-Geral que o resultado líquido apurado nas demonstrações financeiras no montante de 980.304,17 euros, registado no período de 2017, seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados: 980.304,17 euros

12

AGRADECIMENTOS

A Gerência gostaria de agradecer ao Contabilista Certificado e ao Revisor Oficial de Contas pelos imprescindíveis e relevantes conselhos e auxílio prestados no ano de 2017. A Gerência gostaria ainda de expressar a sua gratidão aos seus fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócios da empresa, pelo seu envolvimento contínuo e confiança demonstrada. Finalmente, a Gerência gostaria de expressar a sua gratidão aos Gerentes, pelo seu trabalho e valiosos conselhos, assim como a todos os colaboradores, pelo seu tempo e pela dedicação que demonstraram ao longo do ano.

Mortágua, 05 de março de 2018

A Gerência,

Joaquim António de Matos Chaves
(Gerente)

Luis Pedro Gonçalves Simões
(Gerente)

Eugénio Baptista Nunes
(Gerente)



OVER | Pharma
life overall

Informação
Societária / 03

01

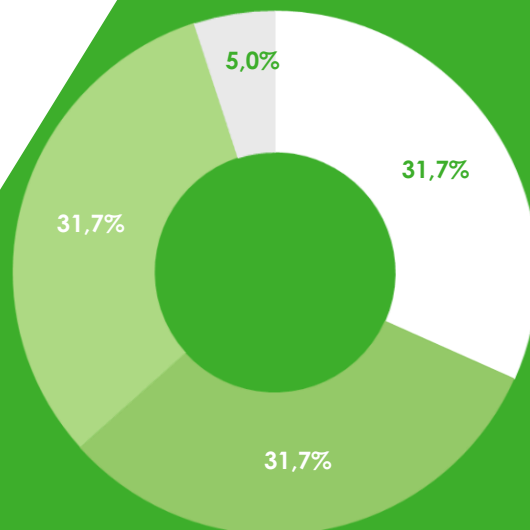
ÓRGÃOS SOCIAIS

GERÊNCIA

Eugénio Baptista Nunes
Joaquim António de Matos Chaves
Luís Pedro Gonçalves Simões

02

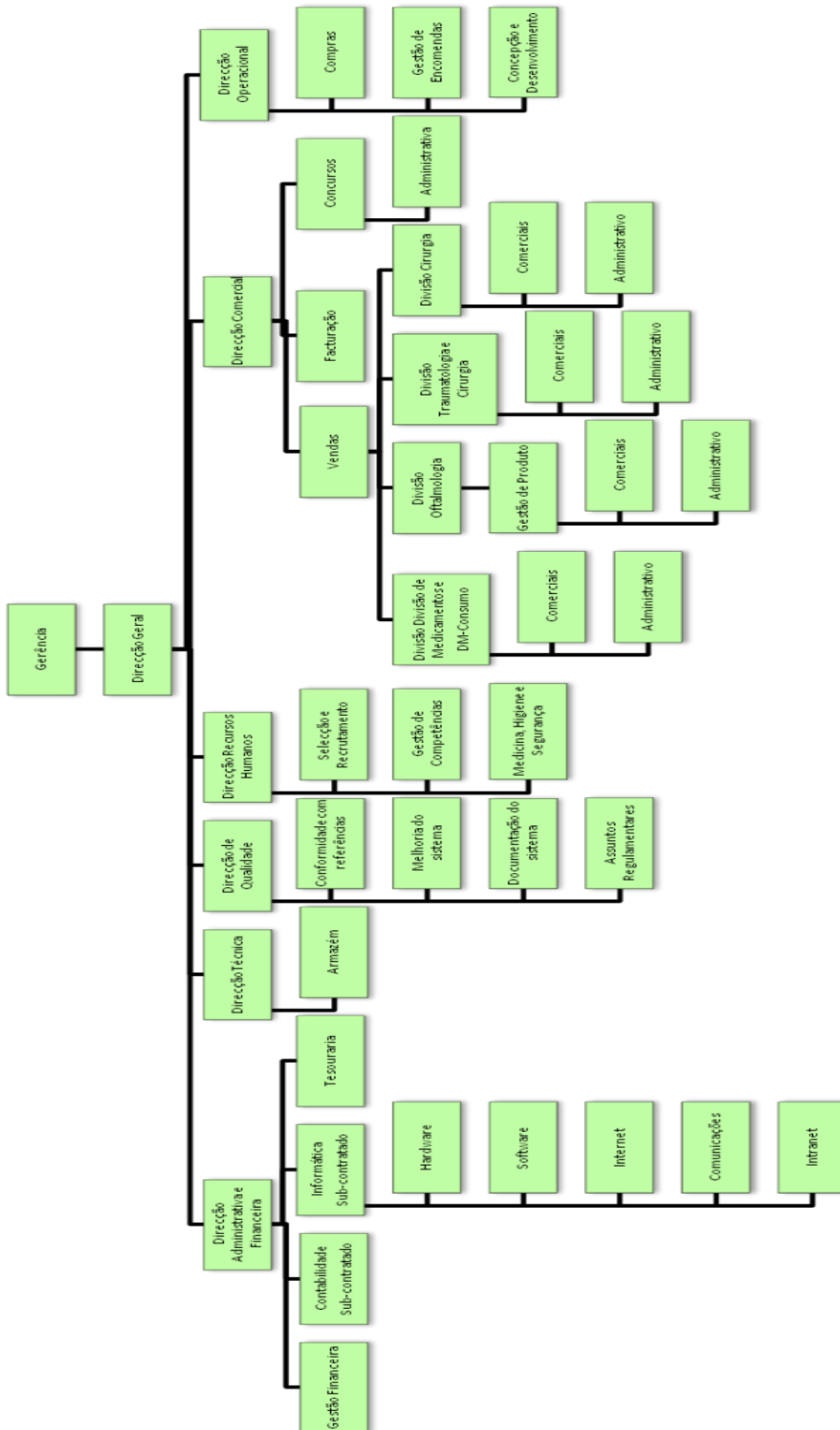
ESTRUTURA SOCIETÁRIA



Estrutura Societária

- Joaquim António de Matos Chaves
- Luís Pedro Gonçalves Simões
- Eugénio Baptista Nunes
- António Fernando dos Santos Constantino

03 ORGANOGRAMA





OVER | Pharma
life overall

Informação /04
Financeira



OVER | Pharma
life overall

Demonstrações
Financeiras // 01

Demonstração de resultados por natureza para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

valores em euros	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	22	13 114 642	14 349 850
Subsídios à exploração	23	-	4 695
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	24	(8 865 159)	(9 210 155)
Fornecimentos e serviços externos	25	(1 621 389)	(1 740 054)
Gastos com pessoal	26	(1 084 371)	(1 012 229)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	7 747	7 952
Provisões (aumentos/reduções)	18	-	20 000
Aumentos/Reduções de justo valor	8	4	5
Outros rendimentos	27	224 950	86 938
Outros gastos	28	(392 817)	(738 768)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 383 607	1 768 234
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	(67 271)	(51 510)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 316 336	1 716 723
Juros e gastos similares suportados	30	(53 937)	(78 605)
Resultado antes de impostos		1 262 399	1 638 119
Imposto sobre rendimento do período	31	(282 095)	(406 240)
Resultado líquido do período		980 304	1 231 879

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016

valores em euros	Notas	Datas	
		31/12/2017	31/12/2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	26 646	48 470
Ativos intangíveis	7	-	4 328
Outros investimentos financeiros	8	3 353	4 429
Ativos por impostos diferidos	9	12	4 686
		30 011	61 913
Ativo corrente			
Inventários	10	6 479 879	6 996 520
Clientes	11	4 040 011	4 055 042
Estado e outros entes públicos	12	54 212	-
Outros créditos a receber	13	7 629 504	6 628 799
Diferimentos	14	17 357	21 302
Caixa e depósitos bancários	4	131 605	325 655
		18 352 568	18 027 318
Total do ATIVO		18 382 579	18 089 231
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15	250 000	250 000
Reservas legais	16	58 395	58 395
Resultados transitados	17	10 497 250	9 265 371
Resultado líquido do período		980 304	1 231 879
Total do Capital Próprio		11 785 950	10 805 646
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	19	1 562 716	3 000 912
Estado e outros entes públicos	12	81 715	88 917
Financiamentos obtidos	20	1 114	-
Outras dívidas a pagar	21	4 951 084	4 193 756
		6 596 630	7 283 585
Total do Passivo		6 596 630	7 283 585
Total do Capital Próprio e do Passivo		18 382 579	18 089 231

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

valores em euros	Notas	Períodos	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	11, 22	13 633 751	14 464 694
Pagamentos a fornecedores	19, 24, 25	(12 069 249)	(12 304 422)
Pagamentos ao pessoal	21, 26	(520 964)	(489 555)
Caixa gerada pelas operações		1 043 538	1 670 718
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12	(189 810)	(618 155)
Outros recebimentos/pagamentos	13, 21	(935 057)	(867 197)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	(81 329)	185 366
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6, 21	(39 747)	(57 934)
Ativos intangíveis	7, 21	(729)	(6 763)
Investimentos financeiros	8	(1 826)	-
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	8	2 828	787
Juros e rendimentos similares	27	-	27
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(39 474)	(63 883)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	20	(19 275)	-
Juros e gastos similares	30	(53 937)	(78 605)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(73 212)	(78 605)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(194 015)	42 879
Efeito das diferenças de câmbio	27, 28	(35)	133
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	325 655	282 644
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	131 605	325 655

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência

Demonstrações das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	250 000	58 395	7 980 001	1 285 371	9 573 767
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	1 285 371	(1 285 371)	-
	2	-	-	1 285 371	(1 285 371)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				1 231 879	1 231 879
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				(53 491)	1 231 879
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	5=1+2+3	250 000	58 395	9 265 371	1 231 879	10 805 646

	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	250 000	58 395	9 265 371	1 231 879	10 805 646
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	1 231 879	(1 231 879)	-
	7	-	-	1 231 879	(1 231 879)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				980 304	980 304
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				(251 575)	980 304
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017	10=6+7+8	250 000	58 395	10 497 250	980 304	11 785 950

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Gerência



OVER Pharma
life overall

Anexos // 02
às demonstrações
Financeiras

01

NOTA INTRODUTÓRIA

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., com sede no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 10, 3450 – 232 Mortágua, com o NIPC 505792362, tem como objeto social o comércio por grosso, importação e exportação de produtos médicos e farmacêuticos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pela Gerência. As mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Sócios, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro.

02

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1

Referencial Contabilístico

A Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, Lda., apresenta as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Dec. Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro e pela Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho, que transpõe para o ordenamento jurídico interno a diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho.

O SNC é regulado pelos seguintes instrumentos legais:

- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas) – Revoga Portaria 1011/2009, de 9 de setembro;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras) – Revoga Portaria 986/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual) – Revoga aviso 15652/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8255/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística para Microentidades)
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) – Revoga Aviso 15655/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho (Norma contabilística e de relato financeiros para pequenas entidades) – Revoga Aviso 15654/2009, de 7 de setembro;
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas) – Revoga Aviso 15653/2009, de 7 de setembro
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo)

2.2

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com o normativo contabilístico vigente em Portugal – Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

2.3

Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

2.4

Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8

Derrogação das disposições do SNC

No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

03

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes anuais, utilizando-se para o efeito as taxas máximas de depreciação constantes no decreto regulamentar nº 2/90 de 12 de Janeiro, para os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, e o decreto regulamentar nº25/2009, de 14 de Setembro, para os bens adquiridos a partir de 01 de Janeiro de 2010.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

3.2

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.3

Participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como ativos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

3.4

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), de prejuízos fiscais dedutíveis e créditos fiscais não utilizados, mas suscetíveis de utilização futura, assim como de diferenças temporárias decorrentes dos ajustamentos de transição de referencial contabilístico POC para referencial SNC.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

3.6

Clientes e outros valores a receber

As dívidas de Clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.7

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Os excedentes de tesouraria são aplicados em depósitos a prazo com maturidades até um ano. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8

Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.10

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

3.11

Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as

depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13

Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.14

Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital próprio e reconhecidos na Demonstração dos resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

04

FLUXOS DE CAIXA

Os montantes incluídos na rúbrica de caixa e seus equivalentes à data de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são os seguintes:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Caixa		
Caixa - Euros	152	1 004
	152	1 004
Depósitos à ordem		
Depósitos à ordem - Euros	131 195	324 358
Depósitos à ordem - Dólares	258	293
	131 453	324 651
Total de caixa e equivalentes de caixa	131 605	325 655

Observações complementares

- Os valores de caixa servem para liquidar despesas correntes;
- Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

05

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS/ESTIMATIVAS E CORREÇÕES DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas, nem foram detetados erros materialmente relevantes.

06

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto 3.1 do presente relatório.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos períodos de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Alienações	Saldo em 31-Dez-16
Custo:				
Edifícios e outras construções	22 464	-	-	22 464
Equipamento básico	268 875	-	-	268 875
Equipamento administrativo	84 735	3 272	(5 588)	82 419
Outros ativos fixos tangíveis	726 179	22 612	(12 579)	736 212
Ad. p/ conta ativos fixos tangíveis	-	11 094	-	11 094
	1 102 253	36 978	(18 167)	1 121 065
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	12 279	490	-	12 769
Equipamento básico	268 875	-	-	268 875
Equipamento administrativo	76 665	3 920	(5 588)	74 997
Outros ativos fixos tangíveis	691 796	30 601	(6 443)	715 953
	1 049 616	35 011	(12 031)	1 072 595

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Transferências	Alienações	Saldo em 31-Dez-17
Custo:					
Edifícios e outras construções	22 464	-	-	-	22 464
Equipamento básico	268 875	-	-	-	268 875
Equipamento administrativo	82 419	16 829	11 094	(10 275)	100 067
Outros ativos fixos tangíveis	736 212	23 699	-	(21 399)	738 512
Ad. p/ conta ativos fixos tangíveis	11 094	-	(11 094)	-	-
	1 121 065	40 528	-	(31 673)	1 129 919
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	12 769	490	-	-	13 260
Equipamento básico	268 875	-	-	-	268 875
Equipamento administrativo	74 997	26 917	-	(10 275)	91 639
Outros ativos fixos tangíveis	715 953	34 944	-	(21 399)	729 498
	1 072 595	62 351	-	(31 673)	1 103 273

07

ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016			
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-16
Custo			
Software	54 193	4 672	58 865
Propriedade industrial	147 850	-	147 850
	202 043	4 672	206 715
Depreciações Acumuladas			
Software	45 539	8 998	54 538
Propriedade industrial	140 348	7 502	147 850
	185 888	16 500	202 387
31 de Dezembro de 2017			
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-17
Custo			
Software	58 865	592	59 458
Propriedade industrial	147 850	-	147 850
	206 715	592	207 307
Depreciações Acumuladas			
Software	54 538	4 920	59 458
Propriedade industrial	147 850	-	147 850
	202 387	4 920	207 307

08

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os outros investimentos financeiros correspondem ao Fundo de Compensação do Trabalho e a ações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

	31-Dez-17	31-Dez-16
	Não corrente	Não corrente
Fundo de compensação do trabalho	2 353	1 429
Norgarante - Soc. Garantia Mútua, SA	-	2 000
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Bairrada e Aguieira, C.R.L.	1 000	1 000
	3 353	4 429

O fundo de compensação do trabalho registou uma valorização de 3,91 euros no período de 2017 e 5,41 euros no período de 2016.

09

ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	31 de Dezembro de 2016		
	Saldo em 01-Jan-16	Reversão	Saldo em 31-Dez-16
		Resultado líquido	
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	6 086	(1 399)	4 686
	6 086	(1 399)	4 686
Passivos por impostos diferidos			
Proveitos a reconhecer	1 033	(1 033)	-
	1 033	(1 033)	-

	31 de Dezembro de 2017		
	Saldo em 01-Jan-17	Reversão	Saldo em 31-Dez-17
		Resultado líquido	
Ativos por impostos diferidos			
Gastos a reconhecer	4 686	(4 675)	12
	4 686	(4 675)	12

10

INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Mercadorias	6 479 879	6 996 520
	6 479 879	6 996 520
Perdas por imparidades de inventários	-	-
	6 479 879	6 996 520

11

CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:



	31-Dez-17	31-Dez-16
	Corrente	Corrente
Cientes		
Cientes conta corrente	4 040 011	4 055 042
Cientes de cobrança duvidosa	298 000	305 747
	4 338 011	4 360 789
Perdas por imparidade acumuladas	(298 000)	(305 747)
	4 040 011	4 055 042

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Cientes gerais	Grupo / relacionados	Cientes gerais	Grupo / relacionados
Cientes				
Cientes conta corrente	4 022 202	17 810	4 051 988	3 054
Cientes de cobrança duvidosa	298 000	-	305 747	-
	4 320 202	17 810	4 357 736	3 054

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro	305 747	340 387
Aumento	105	1 983
Reversão	(7 852)	(9 934)
Regularizações	-	(26 688)
	298 000	305 747

12

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	54 212	-
	54 212	-
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	-	2 148
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	39 853	40 969
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	19 946	20 208
Segurança Social	21 738	25 469
Fundo de compensação do trabalho	178	123
	81 715	88 917

13

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
	Corrente	Corrente
Saldos devedores de fornecedores	87 489	7 852
Saldos devedores de fornecedores de investimentos	1 800	1 800
Devedores por acréscimos de rendimentos	1 125	49
Factoring	7 516 640	6 610 630
Outros credores	22 451	8 467
	7 629 504	6 628 799

14

DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Diferimentos (Ativo)		
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	13 700	17 092
Outros gastos a reconhecer	3 657	4 210
	17 357	21 302

15

CAPITAL SUBSCRITO

Em 31 de dezembro de 2017 o capital da Empresa, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

16

RESERVA LEGAL

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. Durante o período de 2017 não se verificaram movimentos nesta rubrica, sendo o seu saldo em 31 de dezembro de 2017 de 58.395,32 euros.

17

RESULTADOS TRANSITADOS

Por decisão da Assembleia Geral, foi decidido que o resultado líquido do período de 2016, no montante de 1.231.879,13 euros fosse transferido na sua totalidade para a conta de resultados transitados.

18

PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi o seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Saldo a 1 de Janeiro	-	20 000
Reduções no período	-	(20 000)
	-	-

19

FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Fornecedores conta corrente	1 562 716	2 989 758
Fornecedores - faturas em receção e conferência	-	11 154
	1 562 716	3 000 912

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	1 070 240	492 476	2 048 942	940 816
Fornecedores receção e conferência	-	-	11 154	-
	1 070 240	492 476	2 060 096	940 816

20

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O montante evidenciado na rubrica de financiamentos obtidos é referente ao saldo de cartões de crédito.

21

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
	Corrente	Corrente
Saldos credores de clientes	6 605	5 824
Remunerações a pagar	-	6 096
Fornecedores de investimentos	14 237	-
Estimativa de remunerações a pagar	156 953	118 398
Outros credores por acréscimo de gastos	55 987	89 382
Factoring	4 716 426	3 971 898
Outras dívidas a pagar	877	2 158
	4 951 084	4 193 756

22

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor das vendas e prestações de serviços nos períodos de 2017 e de 2016 foram como segue:

	31-Dez-17			31-Dez-16		
	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total
Vendas de mercadorias	13 106 242	8 400	13 114 642	14 348 460	1 390	14 349 850
	13 106 242	8 400	13 114 642	14 348 460	1 390	14 349 850

23

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos de 2017 e de 2016 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	31-Dez-17	31-Dez-16
IEFP	-	4 695
	-	4 695

24

CUSTO DAS VENDAS

O custo das vendas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é detalhado como segue:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Mercadorias	Total	Mercadorias	Total
Inventários iniciais	6 996 520	6 996 520	6 531 523	6 531 523
Compras	8 295 777	8 295 777	9 570 173	9 570 173
Regularizações	52 741	52 741	104 979	104 979
Inventários Finais	6 479 879	6 479 879	6 996 520	6 996 520
C.M.V.M.C.	8 865 159	8 865 159	9 210 155	9 210 155

25

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Trabalhos especializados	1 117 181	1 052 070
Publicidade e propaganda	9 422	2 893
Vigilância e segurança	90	68
Honorários	80 406	38 001
Comissões	-	198 400
Conservação e reparação	21 860	34 491
Serviços bancários	5 965	7 121
Ferramentas e utensílios	4 182	23 180
Material de escritório	6 183	5 037
Artigos para oferta	13 017	11 547
Eletricidade	3 114	3 090
Combustíveis	34 790	30 775
Água	879	794
Deslocações e estadas	38 007	40 200
Transporte de mercadorias	49 251	57 024
Rendas e alugueres	112 124	99 594
Comunicação	9 314	9 001
Seguros	45 050	36 121
Contencioso e notariado	1 463	3 450
Despesas de representação	50 459	66 961
Limpeza, higiene e conforto	1 903	659
Outros serviços	16 730	19 578
	1 621 389	1 740 054

26

GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	119 000	105 800
Remunerações do pessoal	756 371	705 786
Indemnizações	2 961	3 573
Encargos sobre remunerações	191 701	185 295
Seguros	9 468	7 328
Outros gastos com pessoal	4 869	4 448
	1 084 371	1 012 229

O número médio de empregados em 2017 foi de 29 e no período de 2016 de 27.

27

OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos e ganhos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Rendimentos suplementares	33 507	9 242
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 502	60 581
Ganhos em inventários	1 173	-
Diferenças de câmbio favoráveis	2 672	2 166
Rendim. e ganhos em inv. não financeiros	36 086	6 443
Juros e outros rendimentos similares	-	28
Outros rendimentos e ganhos	149 011	8 480
	224 950	86 938

28

OUTROS GASTOS

Os outros gastos e perdas, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram como segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Perdas em inventários	43 379	208 604
Impostos	60 445	33 729
Descontos de pronto pagamento concedidos	266 730	444 363
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 351	373
Outros gastos e perdas	20 911	51 698
	392 817	738 768

29

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Os gastos/reversões de depreciações e de amortização dos períodos de 2017 e de 2016 são os seguintes:

	31-Dez-17		31-Dez-16	
	Gastos	Total	Gastos	Total
Ativos fixos tangíveis	62 351	62 351	35 011	35 011
Ativos intangíveis	4 920	4 920	16 500	16 500
	67 271	67 271	51 510	51 510

30

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	53 937	78 605
	53 937	78 605
Resultados financeiros	(53 937)	(78 605)

31

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhado com segue:

	31-Dez-17	31-Dez-16
Imposto Corrente	277 420	405 873
Imposto Diferido	4 675	366
	282 095	406 240

No período de 2017 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 7.798,00 euros.

- Foi aplicada uma majoração de 2.950,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

No período de 2016 a empresa utilizou os seguintes benefícios fiscais:

- A empresa beneficiou de uma majoração referente aos benefícios à criação de emprego previstos pelo artigo 19.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. A majoração aplicada foi de 8.244,44 euros.

- Foi aplicada uma majoração de 5.151,06 euros relativamente a donativos efetuados, previstas no art.º 62.º do EBF.

- Foi aplicada uma majoração de 3.050,00 euros relativamente a quotizações empresariais previstas no art.º 44.º do CIRC.

32

DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Transações	31-Dez-17	31-Dez-16
Vendas	245 142	170 000
Compras de mercadorias/serviços adquiridos	6 273 380	5 723 269
Saldos	31-Dez-17	31-Dez-16
Contas a receber	17 810	3 054
Contas a pagar	493 438	940 816

33

EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

34

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Gerência informa que a sociedade não apresenta dívidas à Segurança Social e à Administração Fiscal em situação de mora.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2016, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias, sendo nulo o n.º de quotas próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a qualquer valor a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Honorários do Revisor Oficial de Contas, nos termos do art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, relativo à revisão legal das contas no valor anual de 4.800,00 euros.

O Contabilista Certificado

A Gerência



OVER | Pharma
life overall

Relatórios /05
de Fiscalização



OVER | Pharma
life overall

Certificação // 05.1
legal de contas





ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906

Contribuinte n.º 193 093 278

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **OVERPHARMA – PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS, LDA.** (a Entidade), que compreendem:

- o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de **18.382.579,42** euros e um total de capital próprio de **11.785.949,84** euros, incluindo um resultado líquido de **980.304,17** euros),
- a demonstração dos resultados por naturezas,
- a demonstração do rendimento integral,
- a demonstração das alterações no capital próprio, e
- a demonstração dos fluxos de caixa,

relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906
Contribuinte n.º 193 093 278

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

2

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

ANTÓNIO NUNO MENDES MARQUES DE OLIVEIRA

Inscrito na lista de OROC sob o n.º 906

Contribuinte n.º 193 093 278

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Viseu, 13 de março de 2018

António Nuno Mendes Marques de Oliveira

Economista

Revisor Oficial de Contas

R. António Alves Martins, 14 - 3.º sala BD • 3500-078 VISEU

Tel.: 232 426 834 • Fax: 232 435 093 • Telem.: 917 238 784

António Nuno Mendes Marques de Oliveira

(ROC n.º 906)

Sede: Rua D. António Alves Martins, n.º 14 – 3º - sala BD – 3500 – 078 VISEU
Tel: 232 426 834 = Telem: 917 23 87 84 = email: anm.oliveira.roc@sapo.pt